

IJ00492
7324 / 85
Ex. 2

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

REESTUDO DO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO
DO ESPAÇO - GRANDE VITÓRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

IJ00492
7324 / 85
Ex. 2

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

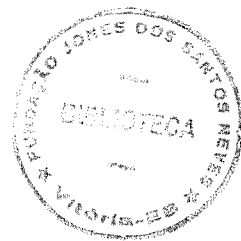
IJ00492

711.409815 207

I 58 2

7324/85

ex. 2



REESTUDO DO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO
DO ESPAÇO - GRANDE VITÓRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

REESTUDO DO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO
DO ESPAÇO - GRANDE VITÓRIA

TERMO DE REFERÊNCIA

MARÇO/85

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

ÍNDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	05
2. OBJETIVOS	09
3. SISTEMÁTICA DE ABORDAGEM	12
4. ITEMIZAÇÃO	13

Até o início dos anos 60 a economia estadual era uma economia extremamente simplificada, com predomínio quase absoluto da agricultura cafeeira de exportação, complementada secundariamente com exportação de madeira e cacau e com um setor agrícola de produção de alimentos, em grande parte a nível de produção de subsistência. O grau de industrialização da economia era extremamente baixo (inferior a 10%), caracterizando o setor secundário, via de regra, por pequenas unidades de tecnologia rudimentar, transformadoras de matérias primas locais.

A dinâmica do processo de acumulação de capital nos termos do modelo brasileiro, determinou mudanças profundas no Espírito Santo nos últimos vinte anos. A subordinação da sociedade brasileira à rápida expansão do capital monopolista implicaria na incorporação da imensa *periferia* do centro moderno e industrializado a este processo de acumulação.

Neste modelo brasileiro concentrador e internacionalizante ocupa posição privilegiada a exportação de semi-manufaturados, a par com o incremento da exportação de produtos primários. Esta prioridade, conjugada à fragilidade da economia tradicional e às vantagens locacionais, faz com que o Espírito Santo seja escolhido como sede de alguns Grandes Projetos (Ara cruz Celulose e Flonibra, ao norte do Estado e Cia. Siderúrgica de Tubarão, Porto e Pelotização da CVRD, SAMARCO e expansão portuária ligada ao corredor de exportação, todos na região da Grande Vitória). Foi importante, para a concretização do processo a eliminação dos estrangulamentos intra-estruturais (transporte, energia, telecomunicações) que caracterizavam a economia capixaba até então, assim como da elaboração de uma política urbana, capaz de fazer frente a espiral de problemas que passa a marcar a vida da Grande Vitória.



Os moldes no qual foi deslançado este processo de industrialização, centrados em grandes *complexos industriais* e na política de incentivos fiscais, teve em seu rebatimento espacial uma reafirmação da concentração espacial do capital e da força de trabalho na aglomeração da Grande Vitōria. Esta situação fez com que os problemas urbanos se multiplicassem rapidamente. Crescimento desordenado e galopante, ocupação rarefeita da periferia, densidades excessivas nas áreas centrais, favelas, falta de recursos para implantar infra-estruturas básicas (escola, água, energia, etc.), congestionamentos, transportes urbanos deficiente, etc.

Neste mesmo momento, no âmbito da antiga C.N.P.U. (atual CNDU), era instituído o programa de apoio as cidades de porte médio que tinha por objetivo o fortalecimento destes espaços urbanos. Tais centros, ao expandirem sua capacidade produtiva e o mercado da região funcional urbana por eles liderado, apresentariam economias de aglomeração capazes de contribuir para o crescimento/desenvolvimento econômico regional, reduzindo os fluxos migratórios que se dirigem prioritariamente para as áreas metropolitanas. A Grande Vitória dentro deste programa foi proposta como cidade de porte médio com a função de dinamização, isto é, deveriam ser tomadas medidas de apoio destinadas a fortalecê-la, capacitando-a ao desempenho de suas funções.

Além desta intenção da política urbana nacional, a institucionalização do espaço da Grande Vitória como área de investimentos sociais tinha por objetivo minimizar os conflitos e tensões sociais advindas de criação acelerada de um espaço urbano industrial.

Neste interregno (meados de 1976), um grupo criado pelo Governo do Estado, elabora o Plano de Estruturação do Espaço - PEE - que teve como objetivo propor um modelo de organização espacial para a Grande Vitória, a partir de duas importantes variáveis causadoras de múltiplos problemas urbanos, quais sejam:

- O intenso fluxo migratório registrado em direção a Grande Vitória nas décadas de 50 e 60 e

- Os vultosos investimentos do Governo Federal programados para a Grande Vitória.

Este trabalho, constitui-se no embrião de um processo de Planejamento Urbano. Em 1976, o Governo Federal destina verba específica para diversos estudos propostos no PEE e o Governo do Estado cria um órgão - Fundação Jones dos Santos Neves - para tratar do problema urbano e regional no Estado. Eventuais dificuldades operacionais, fruto de defeitos dos instrumentos normativos e da pouca maturidade dos agentes envolvidos no tratamento das questões urbanas eram superadas pela capacidade de investimento do setor público. É que dado o quadro de carências das populações urbanas e principalmente na região da Grande Vitória, era compreensível a legitimação política da ação governamental a partir dos resultados - mesmo que esses não necessariamente satisfizessem aos anseios das comunidades segundo suas próprias escalas de prioridade.

A partir de 1979, porém, ocorreram profundas mudanças nos contextos econômicos e políticos, afetando significativamente a condução das políticas programadas. De um lado, o denominado *segundo choque do petróleo* e a consequente crise financeira internacional fizeram desaparecer as condições responsáveis pelo crescimento vertiginoso do período anterior, obrigando as entidades governamentais a reduzir drasticamente os seus gastos. De outro, a progressiva liberalização das demandas sociais pôs em xeque algumas iniciativas até então incontestadas. Os conflitos - que estavam latentes - começaram a aflorar.

Não há como desconsiderar que a crise econômica que o País atravessa é o ponto de estrangulamento do desempenho do Estado em relação a política urbana. Foram estruturados mecanismos de controle das ações, tendentes a níveis imperiosos, vez que a escassez de recursos a que se está submetido, por si, já limita substancialmente seu desempenho.

O que se pode constatar é que com a dependência de uma contenção dos custos gerais da administração, não há segurança na determinação de ações globalizantes no meio urbano, trazendo à baila os tradicionais mecanismos de ações pontuais e setorializados como resposta imediata à

crise (ex.: projeto CPM, projeto TRANSCOL, etc.).

No entanto, apesar desta constatação, há a preocupação por parte das atuais administrações municipais e da estadual, com a formulação de uma política urbana abrangente, priorizando diretrizes sociais. Apesar da grande expectativa no atual momento político, com a reformulação da Constituição (como ficam as competências e como será encarada a questão urbana?) e da reforma tributária, há a preocupação das políticas governamentais em curso de delimitar um campo de ação que venha a responder pelos anseios e expectativas de quem vem se constituindo objeto mas que de vem passar a sujeito das ações.

O reestudo do Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória - PEE - é extremamente necessário neste novo momento político, pois trata da delicada e complexa tarefa de repensar a organização do espaço e as prioridades de ação. Nos quase 10 anos de trabalho do Instituto Jones dos Santos Neves, produziu-se uma gama suficiente de pesquisas, dados e informações que dão condições, neste aspecto, de balizar este reestudo, aproximando-o mais de uma realidade urbana que se torna cada dia mais complexa.

Como órgão do Sistema Estadual de Planejamento, o IJSN necessita deste instrumento de planejamento atualizado, pois isto dá condições de trabalho em sua área de atuação assim como de fornecer informações precisas aos demais órgãos que tenham sua atuação na região da Grande Vitória.

2.

OBJETIVOS

A implementação dos grandes projetos no território da Grande Vitória, im
põe a adequação de seu meio provocando as seguintes demandas:

- Formação rápida de um amplo mercado de trabalho na área da Grande Vi
ria;
- Controle e racionalização da ação do capital imobiliário e industrial na região;
- Controle do meio ambiente na região, visando a melhoria das condições de saúde e manutenção das atividades econômicas primárias;
- Expansão imediata e significativa na oferta de infra-estrutura e ser
viços urbanos, sem que o Estado seja onerado com tal procedimento;
- Formulação de uma política urbana que contenha uma estratégia para a organização do espaço criando condições necessárias para a elaboração e implantação de planos e projetos setoriais.

Estas demandas, no entanto, devem ser levadas a discussão, em associações de bairro, sindicatos e demais organizações, pois a participação efetiva no processo de decisão é condição essencial para democratizar a gestão, distribuição e o acesso aos bens e serviços públicos.

O crescimento acelerado da Grande Vitória determinou um crescente déficit na oferta de infra-estrutura e serviços urbanos. Disso resulta que, en
quanto uma parcela relativamente pequena da população, mercê de seu maior poder aquisitivo, encontra-se bem servida em termos de infra-estrutura e serviços, uma grande parcela da população não é atendida. Neste sentido, uma política de desenvolvimento urbano deverá adotar como estratégia a alteração das bases de como o urbano é produzido para transformá-lo num mecanismo de distribuição real de renda. Algumas diretrizes iniciais po

derão ser enunciadas para atingir este objetivo:

UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

- Controle da expansão da Aglomeração Urbana;
- Controle mais eficaz no parcelamento do solo;
- Estabelecer oferta efetiva de terrenos, sobretudo para as populações de baixa renda;
- Manter densidades de ocupação compatíveis com a infra-estrutura existente e planejada;
- Evitar a ocupação urbana de áreas com problemas naturais que resultam em onerosas correções futuras;
- Induzir ao aproveitamento de terrenos equipados mais ociosos.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

- Orientá-los para objetivos sociais;
- Maximizar o aproveitamento social dos investimentos públicos;
- Reduzir os custos de urbanização e gerar mais empregos;
- Conciliar o planejamento de uso do solo com o planejamento das concessionárias de serviços urbanos.

HABITAÇÃO

Considerada em seu sentido integral como composta de abrigo, infra-estrutura urbana e serviços sociais.

- Localização dos projetos habitacionais de acordo com a estrutura urbana definida, priorizando os vazios urbanos infra-estruturados;
- Definição de padrões de infra-estrutura compatíveis com a realidade local;
- Prioridade dos investimentos em infra-estrutura e aquisição de terrenos para a população de baixa renda.

MEIO AMBIENTE

A concentração de funções econômicas na região da Grande Vitória, que sofreu um processo desordenado de ocupação do solo urbano, vem contribuindo para a deterioração das condições do meio ambiente.

- Fortalecer a capacidade do Estado e dos Municípios da Grande Vitória de controlar as condições de meio ambiente (água, solo, ar) por intermédio de instrumentos técnicos, legais, administrativos e financeiros;
- Melhorar os serviços de coleta e disposição final dos resíduos sólidos (lixo);
- Monitoração dos resíduos líquidos lançados nos córregos e rios da Grande Vitória e propor medidas de correção.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

É um aspecto que tem importância estratégica, na medida em que nem a habitação e nem os serviços públicos essenciais podem ser remunerados por toda a população a preços de mercado.

- Formular o que seriam considerados bens públicos a serem financiados a fundo perdido pelos recursos públicos (como já são os serviços de educação e segurança);
- Propor sistema de tarifa diferenciada;
- Instituir formas de taxação pelo poder público dos ganhos de tipo especulativo, notadamente a valorização imobiliária passiva;
- Acionar o Fundo de Desenvolvimento Urbano proposto na Lei 3.176/76.



3.

SISTEMÁTICA DE ABORDAGEM

O trabalho deverá se desenvolver basicamente em três fases:

1. CARACTERIZAÇÃO

Compreendendo a Análise da Estrutura Urbana atual, econômica social e as consequências advindas da implantação dos princípios enunciados no PEE.

2. PROPOSTA

Compreendendo a Estrutura Urbana Proposta, estratégia de desenvolvimento econômico e propostas no campo social.

3. ESTRATÉGIA

Para implementação das prioridades e para institucionalização do sistema de planejamento.

Na fase 1, serão enunciados e hierarquizados os problemas e as potencialidades que juntos permitirão a definição das diretrizes de ordenamento do espaço as quais devem ser selecionadas por critérios políticos (associações de moradores e demais organizações populares e o CODIVIT).

4.

ITEMIZAÇÃO

Decorridos já 10 anos da elaboração de um *Plano embrião* como deve ser encarado o *Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória (PEE)*, suas propostas *devem ser consideradas como uma diretriz a ser seguida* e que elas *sejam o embrião de um processo dinâmico do Planejamento Urbano Integrado*.

O PEE é um Plano de diretrizes, de grandes linhas, proposto para a Aglomeração Urbana da Grande Vitória. Para a sua proposição foram utilizados estudos anteriores a ele e levados em consideração os dados do momento. Por exemplo, na época, dentro dos chamados *Grandes Projetos* estava proposta a implantação de um Estaleiro de Reparos Navais, que atualmente não deve mais ser implantado, assim como hoje já se sabe a localização da 3ª Ponte Vitória-Vila Velha.

Com a implementação da Fundação Jones dos Santos Neves em 1976, vários estudos previstos no PEE foram elaborados assim como outros tantos, que dão um nível mais avançado de conhecimento da região. Neste sentido, na elaboração de um novo estudo sobre a estruturação do espaço da Grande Vitória, vários trabalhos encontram-se a disposição como:

- Estudos demográficos até o ano 2010;
- Caracterização fisiográfica da região;
- Estudos do emprego e sua projeção até 1990;
- Distribuição de água até o ano 2000;
- Patrimônio histórico;
- Lazer;
- Transporte coletivo e sistema viário;
- Estudo do uso do solo na Grande Vitória;
- Estudo da região de Vitória (estudo regional);
- Projeto de resíduos sólidos (Cariacica e Vila Velha);
- Planejamento da rede física de 1ª e 2ª Graus;
- Plano Diretor de Esgotos Sanitários.

Aproveitando esses estudos e tendo como objetivo a elaboração de um documento que seja instrumento de trabalho, tanto para o Estado como para os 5 (cinco) municípios da Grande Vitória, é proposta a seguinte itemização:

I. CARACTERIZAÇÃO

1. Caracterização fisiográfica
2. Caracterização demográfica
 - 2.1. Evolução da população
 - 2.2. Composição etária
 - 2.3. População econômica/ativa
3. Caracterização econômica
 - 3.1. Posicionamento da economia estadual
 - 3.2. Posicionamento da economia micro-regional
 - 3.3. Atividades *dinâmicas*
 - 3.4. Outras atividades
4. Caracterização social
 - 4.1. Educação
 - 4.2. Saúde
 - 4.3. Mão-de-obra e emprego/renda
5. Caracterização urbanística
 - 5.1. Evolução urbana até configuração urbana atual
 - 5.2. O sítio urbano
 - 5.2.1. Condicionantes ecológicos na ocupação da Aglomeração
 - 5.2.2. Área disponível para ocupação residencial
 - 5.3. Uso do solo
 - 5.3.1. Habitação
 - 5.3.2. Legislação de controle de uso do solo
 - 5.3.3. Outros usos
 - 5.4. Sistema viário e transporte coletivo
 - 5.5. Infra-estrutura implantada
 - 5.6. Áreas de preservação existentes
 - 5.7. Impacto da 3ª Ponte e grandes projetos no uso do solo
 - 5.8. Lazer

6. Análise dos instrumentos urbanísticos legais a nível nacional, estadual e municipal aplicáveis na Grande Vitória.

II. PROPOSTA

1. Fundamentação da estratégia de ocupação do solo
2. Distribuição espacial do crescimento global da população
3. Campo econômico
 - 3.1. Estratégia de Desenvolvimento Regional Urbano do Estado
 - 3.2. Estratégia de Desenvolvimento Auto Sustentável da Microrregião
4. Campo social
 - 4.1. Educação
 - 4.2. Saúde
 - 4.3. Mão-de-obra, emprego e renda
5. Campo urbanístico
 - 5.1. Organização territorial
 - 5.2. Uso e ocupação do solo
 - 5.3. Sistema viário e transporte coletivo
 - 5.4. Equipamentos e serviços culturais, turístico e lazer
 - 5.5. Controle e preservação do meio ambiente
 - 5.6. Patrimônio histórico
6. Infra-estrutura urbana
 - 6.1. Água/esgoto
 - 6.2. Energia
 - 6.3. Telecomunicações
7. Programa de investimentos prioritários
8. Institucionalização do sistema de planejamento.

CUSTOS DO

REESTUDO DO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO - GRANDE VITÓRIA

A) PESSOAL (Remuneração)	303.700.000
I. CARACTERIZAÇÃO	88.550.000
1. Fisiográfica	22.350.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Geógrafo/Engenheiro Sanitarista - (Cr\$ 7.000.000/mês)	21.000.000
. 01 Auxiliar Técnico (nível médio) - (Cr\$ 450.000/mês)	1.350.000
2. Demográfica	7.900.000
- Duração: 02 meses	
- Equipe:	
. 01 Demógrafo (Cr\$ 3.500.000/mês)	7.000.000
. 01 Auxiliar Técnico (Cr\$ 450.000/mês)	900.000
3. Econômica	11.850.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Economista (Cr\$ 3.500.000/mês)	10.500.000
. 01 Auxiliar Técnico (Cr\$ 450.000/mês)	1.350.000
4. Social	18.850.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Sociólogo (Cr\$ 3.500.000/mês)	10.500.000
. 01 Demógrafo (02 meses) - (Cr\$ 3.500.000/mês)	7.000.000
. 01 Auxiliar Técnico (Cr\$ 450.000/mês)	1.350.000

5. Urbanística	22.350.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Arquiteto (Cr\$ 3.500.000/mês)	10.500.000
. 01 Engenheiro Civil (Cr\$ 3.500.000/mês)	10.500.000
. 01 Auxiliar Técnico (Cr\$ 450.000/mês)	1.350.000
6. Análise dos Instrumentos Urbanísticos Legais	5.250.000
- Duração: 45 dias	
- Equipe:	
. 01 Advogado (Cr\$ 3.500.000/mês)	5.250.000
II. PROPOSTA	215.150.000
1. Fundamentação da Estratégia de Ocupação do Solo	33.250.000
- Duração: 01 mês (Discussão)	
15 dias (Redação)	
- Equipe: (Discussão)	
. 02 Arquitetos	7.000.000
. 02 Economistas	7.000.000
. 01 Sociólogo	3.500.000
. 01 Engenheiro	3.500.000
. 01 Advogado	3.500.000
. 01 Demógrafo	3.500.000
. 01 Geógrafo	3.500.000
- Equipe (Redação):	
. 01 Arquiteto	1.750.000
2. Distribuição Espacial da População	21.000.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Demógrafo	10.500.000
. 01 Arquiteto	10.500.000

3. Campo Econômico	21.000.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 02 Economistas	21.000.000
4. Campo Social	10.500.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Sociólogo	10.500.000
5. Campo Urbanístico	31.500.000
- Duração: 03 meses	
- Equipe:	
. 01 Arquiteto	10.500.000
. 01 Geógrafo	10.500.000
. 01 Engenheiro Sanitarista	10.500.000
6. Infra-Estrutura Urbana	7.900.000
- Duração: 02 meses	
- Equipe:	
. 01 Engenheiro Civil	7.000.000
. 01 Auxiliar Técnico	900.000
7. Programa de Investimentos Prioritários	21.000.000
- Duração: 02 meses	
- Equipe:	
. 01 Economista	7.000.000
. 01 Arquiteto	7.000.000
. 01 Sociólogo	7.000.000
8. Institucionalização do Sistema de Planejamento	14.000.000
- Duração: 02 meses	
- Equipe:	
. 01 Advogado	7.000.000
. 01 Economista	7.000.000

9. Coordenação Geral	35.000.000
- Duração: 10 meses (Cr\$ 3.500.000/mês)	
10. Consultoria	20.000.000
- Duração: 25 dias (8 horas/dia) - (Cr\$ 100.000/hora)	
. 01 Consultor na área físico-territorial (15 dias).	12.000.000
. 01 Consultor na área sócio-econômica (10 dias) ...	8.000.000
B) ENCARGOS SOCIAIS	151.850.000
(50% sobre o total do item A)	
C) MONTAGEM/DIVULGAÇÃO	15.000.000
D) TRANSPORTES/DIÁRIAS	9.360.000
. 06 passagens aéreas São Paulo/Vitória/São Paulo	4.200.000
. 25 diárias - (preço unitário = Cr\$ 206.400)	5.160.000
E) MATERIAL DE CONSUMO	45.555.000
(10% sobre os itens A + B)	
F) ADMINISTRAÇÃO	68.332.500
(15% sobre os itens A + B)	
G) OVER-HEAD	<u>91.100.000</u>
(20% sobre os itens A + B)	
H) TOTAL GERAL	684.897.500
I) PREÇO EM MARÇO/85	22.592 ORTN

ESTUDO DO PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO - GRANDE VITÓRIA

CRONOGRAMA FÍSICO

	TAREFAS	MESES										
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	
CARACTERIZAÇÃO	Fisiográfica											
	Demográfica											
	Econômica											
	Social											
	Urbanística											
	Análise dos Instrumentos Urbanísticos Legais											
	Consultoria											
PROPOSTA	Fundamentação											
	Distribuição Espacial da População											
	Econômico											
	Social											
	Urbanístico											
	Infra-Estrutura											
	Projetos Investimentos Prioritários											
	Institucionalização - Sistema de Planejamento											
	Montagem/Divulgação											
	Organizações Populares / CODIVIT											
	Consultoria											

